



Um Sindicato
para todos !

FILIADO À
CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
FENASPEN

A Gazeta Gente

Informativo do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo - www.sifuspesp.org.br

Outubro/Novembro 2013

ATO PÚBLICO



CAMPANHA SALARIAL A MOBILIZAÇÃO TEM QUE CONTINUAR!

Esse governo do estado de São Paulo deu mais uma prova de que não tem o menor respeito ou consideração pelos seus funcionários. Neste ano não tivemos negociação salarial. Apresentamos pauta em dezembro passado e até agora nenhuma contraproposta foi encaminhada para negociação com os trabalhadores. Em 21 de setembro o governo enviou para a ALESP o Projeto de Lei Complementar 33/2013, através do qual pretende nos empurrar goela abaixo um reajuste de 7% - e apenas para os agentes, deixando os outros servidores do sistema à míngua. Conclusão: ou a gente se une e age para mudar isso, ou nos conformamos. O SIFUSPESP reafirma: estamos prontos para enfrentar esse descaso, e não aceitá-lo.

O dia 6 de setembro marcou para nós o início de uma reviravolta. Convocados pelo

SIFUSPESP, e em nome de respeito e valorização profissional, cerca de 500 funcionários do sistema prisional paulista fizeram um belo ato público na frente da SAP e, depois, na frente do Palácio do Governo. A participação poderia ser muito maior, visto que o sindicato disponibilizou a todos os interessados (filiais ou não) transporte e alimentação gratuitos para que viessem ao evento.

Aliado ao comodismo de muitos, a contrapropaganda também se fez presente na mobilização para o dia 6, explicando assim a razão de tantos servidores não terem participado do ato. O governo fez de tudo para que o ato não tivesse êxito: usou de parceiros para desmobilizarem a categoria, lançou boatos nas unidades, e por fim chamou o SIFUSPESP para uma reunião de última hora com o secretário da SAP e da Casa Civil, na qual nos foi informado que o

governo iria fazer a nossa sonhada redução de classes. Tudo isso só para desmobilizar: a tal redução de classes não aconteceu, e o governo até agora não nos deu justificativa sobre isso.

O fato é que o ato serviu de estopim para a nossa mobilização. Durante o evento, ficou determinado (com aprovação de todos os presentes) que o SIFUSPESP deveria realizar novas assembleias ainda neste ano para que todos possam discutir o que a categoria irá fazer diante de tanto desrespeito do governo. Paralelamente às assembleias, também ficou decidido que os servidores vão montar comissões de greve nas unidades (uma comissão por unidade) a fim de mobilizar todos os funcionários e organizar uma futura greve, se assim for sacramentado nas assembleias.

Precisamos nos manter motivados a combater essa política de pes-

soal do governo. Os diretores do SIFUSPESP continuam visitando as unidades prisionais, conscientizando os servidores para a necessidade de entrar na luta sindical, e também resolvendo as questões pontuais de cada unidade. Mas é papel de cada servidor que esteja insatisfeito com o salário e as condições de trabalho manter-se informado sobre a mobilização, incentivar os colegas a participarem dessa luta, comparecerem às assembleias. Isso precisa ser feito, se queremos mudar nossa situação.

O sindicato precisa ser compreendido como instrumento de luta do trabalhador; através dele, os trabalhadores se unem, se mobilizam, e arcam com a estrutura necessária para as ações definidas. O sindicato sozinho, sem a participação da base, não consegue muita coisa. Mas com a participação de todos, a história muda. E pra melhor.

EDITORIAL

O PODER DA MOBILIZAÇÃO

Vivemos uma nova época do sindicalismo. Com a consolidação das leis trabalhistas e a criação de meios estatais razoavelmente eficazes na defesa do direito dos trabalhadores através da Constituição de 1988 - como Ministério Público e Justiça do Trabalho – a atuação sindical deixou as ruas e se concentrou numa política de gabinete que, começa-se a perceber, já exige mudança.

O resultado dessa política de gabinete é que os sindicatos perderam o contato com as suas bases. Os trabalhadores, por sua vez, começaram a imaginar seus sindicatos como meros prestadores de serviço – o tal do “eu pago a mensalidade, você tem que conseguir meu aumento”. As políticas governamentais desde então passaram a incentivar esse tipo de postura, pois para o patrão nada é melhor do que categorias desmotivadas e desmobilizadas.

No início desse novo tempo de sindicalismo, os patrões sentavam-se à mesa com os representantes sindicais e negociavam as melhorias para os representados. Agora, nem isso: o governo de São Paulo, na figura do governador Geraldo Alckmin, chegou a um ponto de arrogância tal que sequer se dá ao trabalho de conversar com os representantes dos servidores. Negociação é palavra proibida nessa relação. Total falta de respeito.

O que o governador, no alto da sua empáfia e soberba, não consegue enxergar, é que esse comportamento está nos levando a refletir sobre o movimento sindical e as lutas. Percebe-se em todos os sindicatos de servidores estaduais de São Paulo um gradual retorno às origens sindicais, com reaproximação cada vez maior das bases e um trabalho de conscientização sobre a necessidade de união para combater o mau patrão. É esse o caminho que deve ser retomado. É a nossa esperança. Categoria mobilizada e unida é categoria forte, que se faz respeitar. É uma categoria mais consciente de seus direitos e de sua responsabilidade pessoal em obter as mudanças necessárias, e que entende que seu principal instrumento de luta é o seu sindicato. O diálogo é, e sempre deverá ser, a primeira opção de uma negociação; mas quando um dos lados fecha a porta para o outro, aí... uma categoria forte vai se impor de qualquer maneira.

Os servidores do sistema prisional paulista precisam se atentar a essas mudanças. E, principalmente, participar ativamente delas. Somos uma das categorias mais castigadas pela política nefasta deste governo. Temos muito poder, prestamos um serviço público essencial para a sociedade. Temos um sindicato estruturado e que respeita os princípios democráticos. Só nos falta união ainda.

E o melhor jeito de nos unirmos é através da mobilização diária, dentro de cada espaço do trabalho, conversando com os colegas, debatendo as questões, instigando o sindicato, participando das decisões do sindicato, e cumprindo à risca o que é determinado pela maioria em voto democrático. Se a decisão é por greve, todos precisam cruzar os braços. Se a decisão é por manifestação pública, todos precisam comparecer. Só assim teremos algum significado para este governo que, certamente, não lê as queixas feitas no facebook.

EXPEDIENTE

Gazeta AGente é uma publicação bimestral do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo – SIFUSPESP.
 Edição número 02 - Outubro/Novembro 2013
 Rua Leite de Moraes, 366, Santana, São Paulo.
 Fone: (11) 2976.4160.

NOTÍCIAS DO SISTEMA



Estradas

As estradas que nos levam de casa para as unidades prisionais onde trabalhamos têm se revelado trágicas. Nos últimos dois meses, perdemos dois colegas mortos em acidentes de carro nessa situação. Fora dois outros colegas, também mortos em acidentes de carro em viagens de lazer.

Vítima 1

Depois de resistir por 9 dias internado na UTI da Santa Casa de Marília, o ASP Sandro Alves da Silva faleceu no dia 28 de agosto. Ele estava junto com seis companheiros numa Kombi que sofreu acidente quando os levava de Serra Azul para um curso da EAP em Marília.

Vítima 2

A ASP Leide Karina do Nascimento faleceu no dia 18 de setembro, vítima de um acidente de carro. Ela seguia com mais duas colegas para a unidade prisional em que trabalhava, em Tupi Paulista.

Assassinato

No dia 5 de setembro aconteceu o 6º homicídio contra agente do sistema prisional paulista neste ano. O A EVP João Cléber Martins, do CDP II de Belém (Capital), foi morto no Tremembé num suposto latrocínio – embora nada lhe tenha sido roubado.

Jardinópolis

O CPP de Jardinópolis foi inaugurado no dia 18 de setembro já com bronca: a Justiça suspendeu o funcionamento da unidade alegando problemas com a licença ambiental. A SAP diz não haver problema algum. No começo de outubro, tudo se normalizou.

Caiuá

O governo está desapropriando áreas na altura do KM 634 às margens da Rodovia Raposo Tavares. A finalidade é a construção de uma nova unidade prisional em Caiuá.

IAMSPE

O IAMSPE anunciou em setembro a realização de investimentos em ampliação de serviços nas regiões de Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Campinas, Sorocaba e São José do Rio Preto. Vamos ver se é suficiente para melhorar o atendimento.

Presidente: João Rinaldo Machado
 Diretor de Comunicação: Adriano Rodrigues Santos
 Jornalista responsável: Ana Cláudia Nogueira
 Texto, Edição e Programação Visual: Conteúdo Comunicações
 Tiragem: 10.000 exemplares



JURÍDICO

AÇÕES DE QUINQUÊNIO: INDIVIDUALIZAR É A MELHOR ESTRATÉGIA

O SIFUSPESP foi o sindicato pioneiro na proposição de ações do quinquênio, requerendo que o mesmo incidisse sobre todas as verbas recebidas pelos funcionários do Sistema Prisional Paulista.

No início (há cerca de 9 anos), tínhamos um percentual de ganho e de perda proporcional, ou seja, 50% de cada lado. Com o decorrer dos anos houve a mudança da interpretação da maioria dos juízes, o que fez com que nosso ganho chegasse na casa dos 95%, percentual este que se mantém até os dias de hoje.

Justamente por conta de existirem, ainda, decisões contrárias em todo o País, o STF decidiu que a matéria era de repercussão geral e, por isso, determinou que seria votado pelo seu Pleno para, posteriormente, ser editada uma Súmula Vinculante.

Em razão desta decisão, a grande maioria dos processos em curso tiveram seu andamento sobrestado, para aguardar a decisão do STF, conforme determina a Lei. Esta é a razão de inúmeros processos, de todos os funcionários

públicos do País estarem parados, aguardando a decisão do STF.

Ocorre que o STF julgou recentemente a matéria, mas, na verdade, não decidiu nada, pois acabou por manter a dúvida que é responsável pelas interpretações diversas, qual seja, sobre quais verbas incide o quinquênio.

De fato, o STF decidiu que o quinquênio deverá incidir sobre toda a remuneração do funcionário público, exceto as de caráter eventual. Ou seja, falou o óbvio... mas não disse o que é ou não eventual.

Por isso, foram propostos recursos para que o STF se pronuncie com maior clareza sobre o que é ou não eventual, pois caso a decisão permaneça como acima, o problema não será resolvido.

Assim, até que o STF, de fato, se pronuncie sobre o problema acima, a maioria das ações permanecerá sobrestada.

Por outro lado, é importante observar que o SIFUSPESP, preocupado com seus associados, ao invés de propor uma única ação em nome de todos, o que dificultaria sobremaneira o efetivo

recebimento por parte de cada um dos associados, mesmo tendo um custo bastante oneroso, preferiu disponibilizar a ação individual.

A ação individual é anos luz mais rápida, pois já é proposta com os dados do associado, seus holerites, etc., o que facilita a execução dos valores devidos e o efetivo recebimento.

Em caso de dúvidas, consulte o Advogado da Regional do SIFUSPESP mais próxima.



INDENIZAÇÃO EM CASO DE MORTE E INVALIDEZ É REGULAMENTADA E AEVP PODE SE RECUSAR A ATUAR NO SEMI-ABERTO

Foi publicada no Diário Oficial a regulamentação da Lei nº 14.984, de 12 de abril de 2013, que dispõe sobre o pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida de servidores da categoria de ASPs e AEVPs. O decreto deve ser adotado pelas secretarias de Segurança Pública, da Administração Penitenciária e da Justiça e da Defesa da Cidadania.

O valor da indenização corresponde a R\$200 mil nas hipóteses de morte ou invalidez permanente total. No caso de morte, o governo do estado adotará as providências necessárias à identificação dos herdeiros ou sucessores do servidor falecido, diligenciando para a obtenção dos documentos comprobatórios de tal condição. Se o fato for a invalidez do servidor, haverá a apuração preliminar ao grau de comprometimento da capacidade de trabalho do agente.

Apesar de ser somente para ASPs e AEVPs, a regulamentação da lei é uma vitória para a categoria que sofre ameaças dentro e fora das unidades prisionais. “Dinheiro nenhum trará de volta a vida do servidor, mas o valor é um conforto aos familiares”, afirma o Diretor de Departamento de Saúde do SIFUSPESP, Luiz da Silva Filho (Danone). No ano passado 22 agentes penitenciários paulistas foram assassinados. Neste ano, já são seis servidores assassinados.

De acordo com o Artigo 6º da Lei nº 14.984, “A lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro de 2012”. Familiares de servidores filiados do SIFUSPESP que estejam em condição de receber o benefício devem procurar o Departamento Jurídico do sindicato, que irá acionar na justiça para que os familiares recebam a indenização.

Há anos o SIFUSPESP reivindica, junto à SAP, a presença de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária em unidades do semi-aberto, por uma questão de segurança. Várias tentativas de resgate já foram registradas nessas unidades, colocando a vida dos servidores em risco. A todos os pedidos feitos pelo sindicato, a resposta da SAP é sempre a mesma: a colocação de AEVPs fazendo a segurança externa das unidades fere a Lei de Execuções Penais. É proibido, portanto.

É proibido, mas quando a SAP quer, faz. Exemplo disso aconteceu recentemente, em que seis AEVPs se recusaram a atender uma ordem oral do Diretor Técnico Substituto do CDP de São José do Rio Preto e, por conta da recusa, instauraram sindicância contra os funcionários. A ordem era para que os AEVPs fizessem escolta de pecúlio oriundo da saída temporária de presos no CPP – unidade de regime semi-aberto.

Os agentes procuraram o SIFUSPESP que prontamente os auxiliou, acompanhando as oitivas para garantir que nenhum deles fosse prejudicado. “Vamos acompanhar esse caso até o final. Os servidores não podem ser punidos por cumprirem o que determina a Lei de Execuções Penais, e que é reforçado pela própria SAP. Além do mais, o Diretor se recusou a dar a ordem por escrito, formalmente, quando foi solicitado. Os seis AEVPs agiram corretamente, estão amparados pela lei e pelo sindicato”, esclarece o Secretário Geral do SIFUSPESP, João Alfredo Oliveira.

Acompanharam os AEVPs na oitiva Dra. Ana Nery Poloni, advogada da regional de São José do Rio Preto; o Secretário Geral, João Alfredo de Oliveira; o Primeiro Tesoureiro, Nivaldo Pereira; e o colaborador Marco Aparecido Pereira.

PARALISAÇÃO?

SIFUSPESP CONVOCA CATEGORIA PARA ASSEMBLEIA GERAL

Depois de passar o ano inteiro enrolando, sem negociar com os trabalhadores, o governador Geraldo Alckmin enviou em setembro um projeto de lei com reajuste salarial dos agentes do sistema prisional. O reajuste é irrisório: 7%. Para os outros servidores do sistema, nada foi anunciado. Em decorrência desses fatos, o SIFUSPESP está convocando todos os servidores para uma assembleia geral, que será realizada no dia 13 de novembro, às 10 horas, na sede do sindicato (Rua Dr. Zuquim, 244, Santana).

É muito importante que compareça pelo menos um representante de cada unidade

prisional do estado. A ideia é discutir o que a categoria pretende fazer diante dessa postura do governo, e votar na ação que deveremos realizar: mobilização, boicote, paralisação parcial ou greve. O sindicato está disponibilizando transporte gratuitamente para os que quiserem participar da assembleia geral. Após a assembleia, os participantes irão para a ALESP entregar a todos os deputados um texto de repúdio, explicando os problemas do sistema prisional paulista e solicitando que os deputados tomem atitudes severas em relação ao descaso do governador com o sistema e seus funcionários.

O que reivindicamos?

O governador encaminhou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar Nº 33/2013, confirmando um pouco mais do mesmo da política governamental relacionada aos servidores da área de segurança, no nosso caso mais especificamente os funcionários do sistema prisional.

A nossa pauta de reivindicação passa necessariamente por um reconhecimento, uma valorização profissional do trabalhador do sistema prisional, pois reposição inflacionária de 2012 não resgata as nossas perdas salariais, não contempla os nossos anseios e necessidades. Cansamos de elogios e agradecimentos pelo ótimo trabalho desempenhado pelos servidores. Queremos:

- **Valorização e reconhecimento.**
- **Contratação de funcionários urgente.**
- **Uma Lei Orgânica.**
- **Uma LPT única, ágil e transparente.**
- **Condições dignas de trabalho.**

Queremos condições de trabalho dignas e salário compatível com a função. Governo que não respeita os seus servidores certamente não representa dignamente os interesses do povo que o elegeu.



Veja como ficará o salário dos agentes com o reajuste anunciado:

ASP

AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA

ASP I - R\$1.180,69
ASP II - R\$1.271,64
ASP III - R\$1.325,84
ASP IV - R\$1.380,06
ASP V - R\$1.487,92
ASP VI - R\$1.602,20
ASP VII - R\$1.710,08
ASP VIII - R\$1.828,75

AEVP

AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA

AEVP I - R\$898,68
AEVP II - R\$1.037,92
AEVP III - R\$1.198,05
AEVP IV - R\$1.372,05
AEVP V - R\$1.594,18
AEVP VI - R\$1.702,07

*Fonte: Diário Oficial do Estado. Salário-base dos agentes

PLC 33/2013 CONTINUA EM TRAMITAÇÃO

Três semanas após receber o projeto de lei complementar que reajusta o salário dos servidores da área de segurança pública em 7% (para policiais civis, militares, e agentes da SAP), a ALESP ainda não tem previsão de quando ele será votado – apesar de estar em tramitação em regime de urgência.

Até o dia 8 de outubro, o projeto só tinha passado por uma das comissões da ALESP, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação. O parecer dessa primeira comissão nos foi completamente desfavorável: rejeitou todas as propostas de emendas parlamentares e o texto substitutivo que requeriam reajuste maior e retroativo a 1º de março, que é a data-base do funcionalismo.

Como o governador conta com ampla maioria na Assembleia Legislativa, e com esse primeiro parecer da CCJR, a previsão é de que o projeto seja aprovado do jeito que foi remetido. Ou seja, o reajuste pífio de 7% e sem retroagir a março.



ATO PÚBLICO DA CATEGORIA REUNIU 500

Cerca de 500 homens e mulheres funcionários do sistema prisional paulista fecharam ruas e avenidas de São Paulo no dia 6 de setembro para reivindicar valorização profissional e melhores condições de trabalho. O Ato Público da categoria, promovido pelo SIFUSPESP, foi notícia nas principais emissoras de TV, rádio, jornais e sites jornalísticos de todo o país, servindo para chamar a atenção da sociedade e do governo para as nossas reivindicações. Às 5h da manhã do dia 6 começaram a chegar os ônibus trazendo os companheiros do interior do estado. Infelizmente, muitos dos que se comprometeram a vir, inclusive reservaram vaga nos ônibus que o SIFUSPESP disponibilizou gratuitamente, não compareceram na última hora. Mas os guerreiros que compareceram fizeram uma bela manifestação, munidos de disposição e garra. Às 11 horas foram distribuídos os materiais para o evento: apitos, faixas, cartazes, placas. Fazendo muito barulho e interrompendo todo o trânsito, saíram da sede do sindicato em direção à SAP, onde realizaram a primeira manifestação. Palavras de ordem acompanharam todo o trajeto. Em seguida, fomos ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, onde o grande ato ocorreu. Paramos o trânsito na avenida Morumbi. Fechamos o acesso do Portão 2 do Palácio. Sob sol forte, os companheiros não desanimaram: um megafone passou de mão em mão, para todos que quiseram manifestar sua indignação pela falta de respeito com que a categoria vem sendo tratada pelo governo.

As reivindicações apresentadas foram muitas: salário, condições de trabalho, respeito, investimento no Iamspe, fim do assédio moral, lei orgânica, LPT única, atenção para os readaptados, segurança, ticket alimentação, recompensa pela superlotação, contratação de mais servidores (de todas as áreas), fim dos desvios de função, investimento tecnológico, concurso interno para ocupação de cargos de chefia, revisão da aposentadoria especial. Os companheiros covardemente assassinados foram lembrados a todo instante. A manifestação parou por um minuto: todos ficaram em silêncio em homenagem aos servidores do sistema assassinados. Neste ano já foram seis. O ato se encerrou às 15h40. Os que compareceram saíram com uma certeza: os servidores do sistema prisional precisam se mobilizar e participar da luta por melhores salários e condições de trabalho. Ao final do ato, o SIFUSPESP propôs que a mobilização fosse permanente, e que todos colaborassem no sentido de conscientizar os que não foram ao evento sobre a importância de se engajarem.

Só o início

Como bem disse o Tesoureiro do sindicato, Gilberto Machado, “o ato não basta em si. Ele não se encerra aqui, ele não se encerra hoje. Ele foi só o início, um marco para mostrar ao governo e à sociedade que estamos fartos, e que a gente vai para cima reivindicar o que temos por direito. Nossa luta está só começando”.

SIFUSPESP NAS UNIDADES PRISIONAIS



Guaré – A constante falta de água na PI e na PII de Guaré é antiga, e já motivou até decisão judicial para que os registros permaneçam sempre abertos. A direção do sindicato foi lá mais uma vez e constatou que os cinco poços não estão dando conta da demanda. A SAP prometeu resolver o problema e já abriu licitação para perfuração de novos poços.



Paraguaçu Paulista: Os problemas relatados sobre a unidade são os mesmos que a maioria dos presídios do estado de São Paulo: superlotação carcerária. Durante a conversa com os sindicalistas, os trabalhadores da UP também tiraram dúvidas sobre a campanha salarial e demonstraram insatisfação com o reajuste anunciado pelo governo, de 7%.



Avaré: Aparentemente a PI de Avaré estaria com superávit de funcionários. O problema acontece quando estes números não são compatíveis com a realidade e se tornam irreais por diversos motivos, em especial o empréstimo e afastamento de servidores. Muitos funcionários que constam no quadro estão designados para Fundação CASA, para a própria Coordenadoria, fóruns e órgãos ligados a SAP. Também constam no quadro da unidade ASPs já afastados.



Vila Independência: Nas unidades da Grande São Paulo há superlotação carcerária e muito empréstimo de servidores. O CDP Vila Independência, por exemplo, está com a população carcerária mais que triplicada: feita para abrigar 768 sentenciados, hoje tem 2.580 – isso com a quantidade de funcionários reduzida.

De 20 de agosto a 10 de outubro diretores do Sindicato dos Funcionários estiveram nas seguintes unidades:

PI, PII e PIII de Franco da Rocha
CDP de Franco da Rocha
CPP de Franco da Rocha
Hospital de Custódia I e II
PI e PII de Guaré
CPP III de Bauru
PI de Avaré
Complexo de Hortolândia
CDP de São José do Rio Preto
PI e Anexo de São Vicente
PI e PII de Pirajuí
PF de Pirajuí
PI e PII de Balbinos
PI e PII de Reginópolis
PI e PII de Bauru
PI e PII de Potim
CR Feminino de São José dos Campos
CDP Masculino de São José dos Campos
CDP de Serra Azul
CDP de São Vicente
Penitenciária de Iperó
PI e PII de Sorocaba
CDP de Sorocaba
Penitenciária de Lucélia
CDP de Ribeirão Preto
PI e PII de Itirapina
Penitenciária de Iaras
Penitenciária de Cerqueira César
CPP Pacaembu
Penitenciária de Riolândia
Penitenciária de Paraguaçu Paulista
Penitenciária de Assis
PII de Itapetininga
Penitenciária de Capela do Alto
CDP Vila Independência
CDPII Chácara de Belém

REUNIÕES EM BRASÍLIA

PL DEVERÁ CONCEDER AOS AGENTES O PORTE DE ARMA



João Rinaldo participa de dois Grupos de Trabalho do Ministério da Justiça

O Presidente do SIFUSPESP, João Rinaldo Machado, esteve em uma reunião no Ministério da Justiça, em Brasília, onde participou de dois grupos de trabalho - um na SENASP e outro no DEPEN - com a finalidade de debater e solucionar assuntos ligados aos servidores penitenciários.

Durante a reunião do Grupo de Trabalho na SENASP, o diretor da Secretaria de Assuntos do Legislativo - SAL, Gabriel de Carvalho Sampaio, confirmou que a presidente Dilma Rousseff deu entrada no Congresso ao Projeto de Lei para concessão do porte de armas

funcional aos agentes penitenciários. No projeto será obrigatório o regime de dedicação exclusiva, formação funcional adequada e regime de fiscalização e controle interno, resguardando o interesse público, evitando que a concessão do porte venha a colocar em risco a segurança dos demais cidadãos e dos próprios agentes prisionais.

A presidenta Dilma decretou que o PL 6565/2013 seja avaliado em regime de urgência, o que significa que a Câmara e o Senado terão, cada um, o prazo regimental de 45 dias para analisar o projeto. Segundo ainda o Presidente João Rinaldo este prazo regimental é preocupante. “O projeto deve ser votado depois da apreciação dos vetos e não temos nenhuma garantia de que o projeto será aprovado, temos que ficar atentos para não cair em nenhuma pegadinha do governo”.

Com isso o objetivo do Grupo de Trabalho foi concretizado e encerra seu trabalho. “Agora estaremos acompanhando o trâmite do projeto, teremos que nos reunir com o presidente da Câmara deputado Henrique Alves - PMDB/RN para vermos quem será o relator”, informa o Presidente do SIFUSPESP e Vice-

Presidente da FENASPEN João Rinaldo Machado.

Participaram da reunião do grupo de trabalho o Presidente do SIFUSPESP e Vice-presidente da FENASPEN João Rinaldo Machado; o representante do Ministério da Justiça, Gabriel C. Sampaio; o Presidente da FENASPEN, Fernando Anunciação; os Diretores da FENASPEN Jarbas de Souza-AL e Anderson Pereira- RO, e representantes da FEBRASP.

CARREIRA

O outro grupo de trabalho que João Rinaldo integra discute a regulamentação nacional da carreira dos agentes penitenciários. Ficou deliberado que a carreira seria típica de estado e que seu acesso seria somente mediante concurso público e com formação em nível superior. Para João Rinaldo, “esse GT irá trazer grandes melhorias a toda a categoria. Estamos tentando colocar nossa profissão no artigo 144 da Constituição Federal e com isso dar uma identidade e trazer uma valorização a toda nossa categoria”.

João Rinaldo informa sobre a decisão da entidade em manter a tentativa de colocar em votação a PEC-308.

23 PENITENCIÁRIAS TERÃO BLOQUEIO DE CELULAR

O governo está contratando empresas para a prestação dos serviços de bloqueio de sinais de celulares. Apenas 23 das 157 unidades prisionais do estado de São Paulo estão na lista que deverão receber bloqueadores de celular.

Com o desafio de atingir apenas o perímetro das unidades prisionais, o projeto tem como objetivo o bloqueio dos sinais de radiocomunicação, os dispositivos de rede local sem fios e impedir a troca de informações entre usuários de telefones celulares.

A implantação do sistema, prevista para 2014, acontece quase sete anos após os primeiros testes com bloqueadores de sinais de telefone celular. O governo de São Paulo já tinha desenvolvido um projeto semelhante em 2001.

Segundo a SAP, os aparelhos ficaram obsoletos e não acompanharam os avanços da tecnologia. Ainda segundo a secretaria, as unidades que receberão os bloqueadores são as que concentram presos de alta periculosidade e membros de facções criminosas. Os bloqueadores devem inibir também o ‘tráfico’ de celulares para dentro das unidades.

“O investimento no sistema prisional é sempre bem vindo, porém é necessário o investimento de políticas públicas em outras áreas do sistema, em especial na falta de funcionários e melhoria nas condições de trabalho”, afirma o Presidente do SIFUSPESP João Rinaldo Machado.

SIFUSPESP E SINDCOP DISCUTEM CAMPANHA SALARIAL E UNIFICAÇÃO

Atendendo a convite do SIFUSPESP, a direção do SINDCOP participou de um encontro que teve como pauta campanha salarial e unificação das duas entidades. Na ocasião, o SIFUSPESP já convidou o SINDCOP para fazerem juntos a pauta da próxima campanha salarial.

João Rinaldo Machado, Presidente do SIFUSPESP, lembrou que num passado recente as entidades trabalhavam juntas e tinham um acordo de unificação, que foi suspenso por conta da inabilidade de um ex-diretor do SIFUSPESP na época: “As palavras mal colocadas deste ex-diretor comprometeram o bom relacionamento que tínhamos. Eu já era Presidente, mas não estava presente na reunião em questão. Estamos agora retomando esse diálogo porque vemos nos diretores do SINDCOP o mesmo interesse que nossa diretoria: lutar por conquistas profissionais e pelo bem estar da nossa categoria, sem interesses pessoais ou sem querer se promover a custo da categoria. Quem sabe num futuro próximo poderemos ser uma única entidade sindical”.

Gilberto Luiz Machado, que na época era dirigente de outra entidade sindical (SIFUSESP), lembrou da época onde o SIFUSPESP, SIFUSESP e SINDCOP trabalharam juntos

nas campanhas salariais e tinham o acordo de unificação. O SIFUSESP acabou se unificando ao SIFUSPESP.

Gilson Pimentel, Presidente do SINDCOP, sugeriu a formação de uma federação estadual, que teria mais força que um sindicato e poderia ser mais útil. Para o Secretário Geral do SIFUSPESP, João Alfredo, é difícil criar uma federação, pois isso exige 5 entidades com carta sindical e todas elas devem ter o compromisso com a categoria – e hoje há entidade cujo único interesse é pessoal, voltado para as próximas eleições.

A semente está plantada. “É claro que teremos outras reuniões, uma entidade sólida se faz de conversa e debates, mas creio que já demos os primeiros passos”, disse Wellington Braga, Diretor do Departamento Jurídico do SIFUSPESP.

Participaram do encontro o Presidente João Rinaldo Machado, o Tesoureiro Gilberto Luiz Machado, o Secretário Geral João Alfredo de Oliveira e o Diretor do Departamento Jurídico Wellington Braga; representando o SINDCOP estavam o Presidente Gilson Pimentel Barreto, o Vice-Presidente Carlos Roberto Romacho, o Secretário Geral Carlos Neves, além de outros diretores (as) e colaboradores.

SIFUSPESP

CADA VEZ MAIS PERTO DE VOCÊ.

12 SEDES REGIONAIS, UM PONTO DE APOIO.



Araraquara

Fone: (16) 3332-0727

Avaré

Fone: (14) 3731-2285

Baixada

Fone: (13)3474-2202

Bauru

Fone (14) 3222-3088

Campinas

Fone: (19)3237-8083

Mirandópolis

Fone: (18)3701-5395

Presidente Prudente

Fone: (18) 3222-0335

Presidente Venceslau

Fone: (18) 3272-3312

Ribeirão Preto (ponto de apoio)

Fone: (16)3636-6754 ou 3011- 9646.

São José do Rio Preto

Fone: (17) 3231-1722

São Paulo

Fones: (11) 2976.4300 / 2977.0540 /
2976.4160

Sorocaba

Fone: (15) 3211-1838

Vale do Paraíba

Fone: (12) 3629-4471



Endereço para devolução:
Rua Dr. Zuquim, 244 - Santana
São Paulo - SP - CEP.: 02035-020

PARA USO DOS CORREIOS

- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o número indicado | |
| ☐ Informação escrita pelo porteiro ou | |
| ☐ Síndico | |

Reintegrado ao Serviço Postal em __/__/__

Em __/__/__

IMPRESSO ESPECIAL

7220269200-DR/SPM
SIFUSPESP

---CORREIOS---

